

ATA DA 43ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A., REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2006.

Sumário: Pagamento de juros sobre capital próprio - Proposta orçamentária para 2007 - Projeto de implementação de novo sistema de gestão comercial / Rerratificação de CRCA - Encerramento.

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e seis, às doze horas, na sede social, na Avenida Barbacena, 1.200, 17º andar, ala A1, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, realizou-se a quadragésima terceira reunião do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A., presentes os Conselheiros Wilson Nélio Brumer, Djalma Bastos de Moraes, Aécio Ferreira da Cunha, Andréa Paula Fernandes Pansa, Antônio Adriano Silva, Alexandre Heringer Lisboa, Carlos Augusto Leite Brandão, Evandro Veiga Negrão de Lima, Francelino Pereira dos Santos, Haroldo Guimarães Brasil, José Augusto Pimentel Pessôa, Maria Estela Kubitschek Lopes, Nilo Barroso Neto, Wilton de Medeiros Daher, Fernando Lage de Melo e Lauro Sérgio Vasconcelos David. Assumiu a presidência da Mesa, na forma estatutária, o Conselheiro Wilson Nélio Brumer que, após haver verificado a existência de “quorum”, deu início aos trabalhos, convidando a mim, Anamaria Pugedo Frade Barros, Superintendente da Assessoria da Secretaria Geral, para secretariar os trabalhos; e, registrando a presença do Conselheiro Fiscal Marcus Eolo de Lamounier Bicalho, uma vez que na presente reunião será deliberada matéria sobre a qual deverá opinar o Conselho Fiscal. Antes de ser colocada em discussão e em votação a pauta da presente reunião, os Conselheiros Andréa Paula Fernandes Pansa, Carlos Augusto Leite Brandão, Evandro Veiga Negrão de Lima, Haroldo Guimarães Brasil e José Augusto Pimentel Pessôa manifestaram-se, tendo em vista que ainda não está esgotada a discussão existente a respeito do Acordo de Acionistas celebrado com o Estado de Minas Gerais, que as alterações estatutárias promovidas pela AGE de 25 de outubro de 1999 da Companhia Energética de Minas Gerais-CEMIG, bem como as subseqüentes, inclusive a que deliberou sobre a constituição desta Companhia, são provisórias e precárias e podem, portanto, ser revistas e retiradas do mundo jurídico a qualquer tempo. Sobre a questão, o Sr. Presidente relembrou que a decisão que anulou o Acordo de Acionistas celebrado entre o Estado de Minas Gerais e a Southern Electric Brasil Participações Ltda. não mais tem o caráter liminar ou provisório. Trata-se de decisão de mérito e, portanto, não se trata de suspensão, mas de anulação. Acrescentou que já existe uma decisão de mérito que anula o Acordo de Acionistas confirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Esclareceu, ainda, que as decisões deste Conselho somente podem levar em consideração o que existe na atualidade, sendo uma temeridade a não votação das matérias na espera das decisões judiciais, pois, na realidade, o referido Acordo de Acionistas, por força de pronunciamento judicial, não pode produzir qualquer efeito e as decisões tomadas o estão sendo dentro do estrito cumprimento do provimento judicial. Finalizando, observou que os recursos extraordinários e especial manejados pela Southern não foram admitidos pelo Vice-Presidente do TJMG, sendo que, mais recentemente, o STJ negou provimento aos agravos de instrumento e regimental interpostos pela mesma Southern, reforçando a situação jurídica já declarada pelo TJMG, ou seja, a ineficácia do Acordo de Acionistas objeto da ação. Pagamento de juros sobre capital próprio – A seguir, o Sr. Presidente colocou em discussão a proposta encaminhada pela Diretoria Executiva – cuja justificativa consta da PRCA nº 091/2006 –, no sentido de o Conselho de Administração aprovar o pagamento aos acionistas de juros sobre o capital próprio, a ser compensado com o dividendo mínimo

obrigatório, no montante de R\$13.730.000,00 (treze milhões, setecentos e trinta mil reais), sendo que o pagamento deverá ser feito em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30-06-2007 e a segunda até 30-12-2007, cabendo à Diretoria Executiva observar estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento, conforme artigo 24 do Estatuto Social. Farão jus ao valor acima mencionado todos os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas em 21-12-2006. Submetida a votos a proposta acima mencionada, foi a mesma aprovada por unanimidade. Proposta Orçamentária para 2007 – Antes da discussão da proposta orçamentária para o próximo ano, encaminhada pela Diretoria Executiva, o Sr. Presidente convidou o Superintendente de Controladoria, Pedro Carlos Hosken Vieira, para apresentar a matéria, tendo sido abordado, dentre outros, os seguintes pontos: a) Parâmetros e indicadores. b) Premissas relevantes: - Política de dividendo: Cemig GT e Cemig D: pagamento de 95% do Lucro Líquido para a Cemig; Cemig: pagamento de 50% do Lucro Líquido aos acionistas, mais 15% de juros sobre o capital próprio declarado; declaração de dividendos extraordinários (parcela de 2006); declaração de juros sobre capital próprio na Cemig GT e na Cemig D no limite legal (Patrimônio Líquido X TJLP), não havendo juros sobre capital próprio na Cemig; e, demais controladas: planejamento específico por empresa; - Rolagem da dívida e recursos de terceiros: Dentro das condições permitidas pelo Banco Central até o total do principal da dívida em 2007; e, recursos de financiamentos e auxílios de consumidores conforme plano dos projetos de investimento; - Limite de investimentos para 2007: Máximo de 55% do valor do Lajida; Programa de investimento consolidado em R\$1.148 milhão; e, aquisições não estão incluídas no orçamento anual, devendo ter aprovação específica; - Alienação de ativo da TBE para a Cemig GT: Transferência dos ativos da Cemig referentes à EPTE, ENTE, ERTE, EATE e ECTE para a Cemig GT, valor pelo preço de aquisição (R\$348.022 mil), transferência dos valores de ágio a amortizar (eficiência fiscal), forma de pagamento: 20% em 2007 e o restante até 2009 com antecipação em função do Caixa disponível, correção pelo valor da rentabilidade da operação; e, submeter o assunto à ANEEL; - Política de pessoal: Quadro de pessoal conforme cronograma corporativo (371 admissões); reajuste anual pelo INPC; e, previsão de participação no resultado de 3% do resultado operacional; - Despesas com PMSO na Cemig GT: Planejamento conforme orientações empresariais; e, absorção de custos da operação das novas instalações e da revisão da “holding”; - Despesas de PMSO da Cemig D: Atender aos limites da empresa de referência da ANEEL; inclusão de orçamento específico de proteção da receita; e, absorção de custos da revisão da “holding”; Cemig: revisão do quadro de pessoal a partir de janeiro/2007 para reduzir carga fiscal; e, planejamento com base nas atividades da “holding”. c) Programa de investimento. d) Principais projetos de investimentos; e) PMSO da Cemig GT, da Cemig D e da Cemig. e) Orçamento da geração/transmissão e da distribuição. f) Demonstrativo de resultado. g) resultados *Guidance* e orçamento. h) resultado consolidado. i) variações do lajida consolidado 2006/2007. j) Orçamento de Caixa da Cemig GT, Cemig D e Cemig e de Caixa Estruturado. l) Orçamento consolidado e metas do Plano Diretor da Cemig. m) *Covenants*. n) Resultados da Cemig GT, da Cemig D e da Cemig e consolidado. o) Valor Agregado da Corporação-EVA. p) Orçamento de Caixa: recursos de terceiros. q) Usos e fontes da distribuição. A seguir, o Sr. Presidente colocou em discussão a proposta orçamentária para 2007, sugerindo que a Diretoria Executiva estabelecesse ações internas visando: autorizar a Diretoria Executiva estabelecer ações internas visando: - contingenciar o orçamento de investimento em 10%; - que o resultado consolidado do exercício de 2007 esteja em conformidade com o Plano Diretor da Cemig, ou seja, R\$1.912 milhões; - apresentar ao Conselho de Administração a revisão do orçamento de investimentos para 2007, em maio do próximo ano, considerando a execução relativa ao 1º trimestre/2007; e, - apresentar ao Conselho de Administração, em fevereiro/2007, uma proposta sobre a criação de um fundo para subsidiar projetos de

investimentos relativos à demanda de energia em decorrência do crescimento de mercado da Companhia, com rentabilidade abaixo daquela atualmente adotada pela Empresa. Pedindo a palavra, o Conselheiro Haroldo Guimarães Brasil ratificou solicitação feita na reunião anterior, no sentido de que fossem excluídas as Diretrizes Empresariais para Execução dos Orçamentos, constantes da Parte III do Orçamento Anual, por não terem relação com a aprovação do orçamento. Em seguida, fez uso da palavra o Conselheiro Alexandre Heringer Lisboa que testemunhou ser grande o esforço das áreas da Companhia em orçar apenas o indispensável e afirmou que é preciso dosar bem a profundidade e a natureza dos cortes orçamentários para que a manutenção e a operação do sistema não fiquem comprometidas. A seguir, o Sr. Presidente colocou em discussão a proposta orçamentária para 2007 com as alterações acima – cuja justificativa consta da PRCA nº 092/2006, no sentido de o Conselho de Administração: a) aprovar o Orçamento Anual de 2007, elaborado a preços correntes, contemplando os orçamentos, metas e resultados especificados abaixo:

Descrição	Referência	Orçamento 2007
1 - Orçamento da Receita Operacional		
- Mercado Faturado (Venda de Energia)	MWh	20.327.232
- Deduções e Encargos da Receita Bruta	R\$ mil	3.461.091
- Receita Líquida	R\$ mil	6.640.251
- Número de Consumidores para dezembro/2007	mil	6.424
2 – Orçamento de Despesas Operacionais/Administrativas		
- PMSO (Material/Serviços/Outros)	R\$ mil	1.256.961
- Compra de Energia	R\$ mil	1.953.417
- Uso da Rede de Distribuição (Transporte)	R\$ mil	531.498
- Encargos Setoriais	R\$ mil	955.697
- Amortização da CVA	R\$ mil	(102.445)
- Obrigações Pós-Emprego	R\$ mil	108.000
- Depreciação	R\$ mil	460.691
- Provisões Operacionais	R\$ mil	90.000
- Outras Despesas	R\$ mil	82.339
3 – Indicadores Operacionais		
- Razão Operacional (PMSO por Receita Líquida)	%	18,9
- Margem Operacional	%	19,6
- Margem Líquida	%	13,8
- MWh vendido por Empregado	MWh/Empregado	2.436
- Receita Líquida por Empregado	R\$mil/Empregado	795,72
4 – Orçamento do Programa de Investimentos (econômico)		
- Subtransmissão	R\$ mil	184.203
- Expansão e Reforço	R\$ mil	138.303
- Reformas, Operação e Manutenção	R\$ mil	15.139
- Medição para Faturamento	R\$ mil	19.630
- Gestão Ambiental da Subtransmissão	R\$ mil	7.472
- Equipamentos Gerais e Serviços	R\$ mil	2.129
- Estudos de Viabilidade	R\$ mil	1.530
- Distribuição	R\$ mil	940.461
- Redes MT/BT e Medição	R\$ mil	810.156
- Instalações Prediais, Infra-Estrutura e Ferramentas	R\$ mil	15.229
- Gestão Ambiental da Distribuição	R\$ mil	3.018

- Equipamentos Gerais e Serviços	R\$ mil	112.058
- Total dos Projetos de Investimentos da Distribuição	R\$ mil	1.124.664
- Total das Obrigações Especiais dos Consumidores	R\$ mil	326.350
- Total dos Investimentos Líquidos da Distribuição	R\$ mil	798.314
5 – Recursos de Terceiros		
- Rolagem da Dívida de 2007	R\$ mil	590.709
- Obrigações Especiais (Auxílios de Consumidores)	R\$ mil	354.790
- CDE/Eletróbrás-Projeto Luz para Todos	R\$ mil	208.756
- Obras de responsabilidade dos Consumidores	R\$ mil	80.215
- Obras de Consumidores – Atendimento Rural	R\$ mil	12.960
- Projetos específicos contrapartida Grandes Consumidores	R\$ mil	52.859
- Eletróbrás/RGR-Projetos de Investimentos já contratados	R\$ mil	159.016
- Eletróbrás/RGR-Projeto Luz para Todos – A contratar	R\$ mil	64.946
- Total dos Recursos de Terceiros	R\$ mil	1.169.461
6 – Orçamento de Caixa		
- Recursos Totais	R\$ mil	12.382.412
- Desembolsos Totais	R\$ mil	12.203.833
7 – Orçamento de Dividendos		
- Declaração de Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio	R\$ mil	158.338
- Declaração de Dividendos Ordinários – Complemento	R\$ mil	715.287
8 – Indicadores do Painel de Controle (BSC)		
- Geração Interna de Caixa (LAJIDA)	R\$ mil	1.764.784
- Margem do LAJIDA	(%)	26,6
- PMSO por Cliente	R\$/cliente	195,7

b) autorizar a Diretoria Executiva estabelecer ações internas visando: - contingenciar o orçamento de investimento em 10%; - que o resultado consolidado do exercício de 2007 esteja em conformidade com o Plano Diretor da Cemig, ou seja, R\$1.912 milhões; - apresentar ao Conselho de Administração a revisão do orçamento de investimentos para 2007, em maio do próximo ano, considerando a execução relativa ao 1º trimestre/2007; e, - apresentar ao Conselho de Administração, em fevereiro/2007, uma proposta sobre a criação de um fundo para subsidiar projetos de investimentos relativos à demanda de energia em decorrência do crescimento de mercado da Companhia, com rentabilidade abaixo daquela atualmente adotada pela Empresa; e, c) manter as Diretrizes Empresariais para Execução dos Orçamentos, constantes da Parte III do Orçamento anual de 2006, aprovadas na 21ª reunião deste Conselho de Administração, em 21-12-2005, conforme CRCA-073/2005. Submetida a votos a proposta acima mencionada, foi a mesma aprovada por unanimidade. Projeto de implementação de novo sistema de gestão comercial / Rerratificação de CRCA - Em sequência à pauta, o Sr. Presidente colocou em discussão a proposta encaminhada pela Diretoria Executiva – cuja justificativa consta da PRCA nº 093/2006 -, no sentido de o Conselho de Administração rerratificar a CRCA-031/2005, de 30-06-2005, autorizando a efetivação das compras e/ou contratações dos serviços necessários à implementação do novo Sistema de Gestão Comercial, mediante abertura de Processos Administrativos de Inexigibilidade de Licitação, junto as empresas IBM Brasil – Indústria, Máquinas e Serviços Ltda., EMC Computer Systems Brasil Ltda., Sterling Commerce do Brasil Ltda. e SAP do Brasil Ltda., que detêm a exclusividade do fornecimento de produtos e/ou serviços, nos casos pertinentes, desde que haja parecer da Superintendência Jurídica da Empresa, atestando a legalidade das contratações, sem alterar os valores previamente aprovados para o Projeto, uma vez que não se está ampliando o escopo do mesmo. Permanecem inalteradas as demais deliberações daquela CRCA. Pedindo a palavra, o Conselheiro Alexandre Heringer Lisboa solicitou relatório contendo

o que foi gasto no projeto de implementação de novo sistema de gestão comercial. Submetida a votos a proposta acima mencionada, foi a mesma aprovada, abstendo-se de votar a Conselheira Maria Estela Kubitschek Lopes. Encerramento - Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente franqueou a palavra e como ninguém quisesse se manifestar, declarou encerrada a sessão, agradecendo a participação dos Senhores Conselheiros na reunião, de cuja ata foi, em seguida, lida, aprovada e assinada por todos. E para constar, eu, Anamaria Pugedo Frade Barros, Secretária, a redigi e assino.

aa.) Anamaria Pugedo Frade Barros
Wilson Nélio Brumer
Djalma Bastos de Moraes
Aécio Ferreira da Cunha
Andréa Paula Fernandes Pansa,
Antônio Adriano Silva
Alexandre Heringer Lisboa
Carlos Augusto Leite Brandão
Evandro Veiga Negrão de Lima
Francelino Pereira dos Santos
Haroldo Guimarães Brasil
José Augusto Pimentel Pessôa
Maria Estela Kubitschek Lopes
Nilo Barroso Neto
Wilton de Medeiros Daher

Confere com o original.

Anamaria Pugedo Frade Barros